

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.820 - MG (2019/0299514-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : ARTHUR BARCELOS SOARES (PRESO)
ADVOGADO : MATEUS FILIPE DE PAULA RODRIGUES - MG190320
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. MENÇÃO À PERICULOSIDADE CONCRETA DO RECORRENTE E À INTIMIDAÇÃO DE TESTEMUNHAS. ELEMENTOS CONCRETOS CAPAZES DE JUSTIFICAR A CUSTÓDIA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA.

Recurso em *habeas corpus* improvido.

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Arthur Barcelos Soares** – preso cautelarmente e denunciado como incurso no crime de homicídio qualificado – contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que denegou a ordem ali impetrada (*Habeas Corpus* n. 1.0000.19.102089-0/000), mantendo a segregação cautelar imposta pelo Juízo de Direito do 2º Tribunal do Júri da comarca de Belo Horizonte/MG (Autos n. 0024.19.058.307-0).

Alega o recorrente, em síntese, que o Juízo do 2º Tribunal do Júri da comarca de Belo Horizonte decretou a prisão preventiva do recorrente, para garantir a ordem pública e conveniência da instrução processual, baseando-se na gravidade do delito de tráfico, o que foi corroborada pela Colenda Terceira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais quando da prolação do v. acórdão (fl. 307).

Postula, então, o conhecimento e o provimento liminar do recurso, a fim de que a segregação cautelar seja substituída por medidas alternativas à prisão.

Em 4/10/2019, indeferi o pedido liminar (fls. 348/349).

Dispensadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pela

Superior Tribunal de Justiça

denegação da ordem (fls. 350/351):

HC. PRISÃO PREVENTIVA. ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.

1. Em que pese tratar-se de medida extrema, a idoneidade da preventiva perfectibiliza-se quando calcada nos requisitos insculpidos no art. 312 do CPP.

Parecer pela denegação da ordem.

É o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O Magistrado singular decretou a prisão preventiva do recorrente, mediante a seguinte fundamentação (fl. 98 – grifo nosso):

[...]

De modo que, os depoimentos tomados na DEPOL demonstram a periculosidade dos acusados, posto serem pessoas ligadas à criminalidade na região dos fatos e que agem de forma violenta, ameaçando testemunhas presenciais e testemunhas. Impondo a "lei do silêncio" em toda a comunidade local, sendo necessária a prisão pela garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.

Além do exposto, tais fatos, aliados a análise dos autos e sendo RAFAEL reincidente, Infere-se que a prisão preventiva dos réus, se faz necessária para a garantia da ordem pública e conveniência da instrução processual, pois, há nos autos elementos capazes de demonstrar serem eles pessoas de personalidade agressiva e violenta, envolvidas com a criminalidade naquela comunidade, capazes de coagir e ameaçar as testemunhas do processo.

Ante o exposto, acolho o requerido pelo Representante do Ministério Público e, com respaldo no art. 312 do CPP, decreto as prisões preventivas dos acusados ARTHUR BARCELOS SOARES, v. "NARIGUDO"; ROBERT FILIPE NONATO SANTOS PEREIRA, v. "NENEM"; WESLEY FELIPE NONATO DOS SANTOS PEREIRA, v. "GORDINHO"; BRUNO GONÇALVES SABINO v. "BRUNO" ou "CLÁUDIO" e RAFAEL GONÇALVES SABINO, v. FOQUINHA, devidamente qualificados nos autos.

[...]

Observa-se da análise dos trechos transcritos que, embora sucinta, a decisão logrou indicar elementos concretos capazes de justificar a prisão preventiva para a garantia da ordem pública e da instrução criminal, tendo em vista a periculosidade concreta do acusado e a intimidação das testemunhas.

A propósito:

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DESTINADA À

Superior Tribunal de Justiça

PRÁTICA DE DIVERSAS ESPÉCIES DE CRIMES. DECRETO PRISIONAL QUE APONTA ELEMENTOS CONCRETOS DOS AUTOS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE SOCIAL DO RECORRENTE. FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. RISCO À ORDEM PÚBLICA. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO. INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 52/STJ. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

1. A prisão preventiva, para ser legítima à luz da sistemática constitucional, exige que o Magistrado, sempre mediante fundamentos concretos extraídos de elementos constantes dos autos (arts. 5.º, LXI, LXV e LXVI, e 93, inciso IX, da Constituição da República), demonstre a existência de prova da materialidade do crime e de indícios suficientes de autoria delitiva (*fumus comissi delicti*), bem como o preenchimento de ao menos um dos requisitos autorizativos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, no sentido de que o réu, solto, irá perturbar ou colocar em perigo (*periculum libertatis*) a ordem pública, a ordem econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

2. Além disso, de acordo com a microrreforma processual procedida pela Lei n.º 12.403/2011 e dos princípios da excepcionalidade (art. 282, § 4.º, parte final, e § 6.º, do CPP), provisionalidade (art. 316 do CPP) e proporcionalidade (arts. 282, incisos I e II, e 310, inciso II, parte final, do CPP), a prisão preventiva há de ser medida necessária e adequada aos propósitos cautelares a que serve, não devendo ser decretada ou mantida caso intervenções estatais menos invasivas à liberdade individual, enumeradas no art. 319 do CPP, mostrem-se, por si sós, suficientes ao acautelamento do processo e/ou da sociedade.

3. Na hipótese, o Juízo de primeira instância, ao decretar a custódia extrema, logrou demonstrar, com base em elementos extraídos dos autos - sobretudo no exame cadavérico da vítima e nos depoimentos de 22 testemunhas -, que existem indícios suficientes de que o Recorrente integra organização criminosa destinada ao cometimento de diversos crimes, dentre os quais homicídios com características de "pistolagem", roubo de cargas e veículos, roubo de gado, extorsão, tráfico de drogas, tráfico de armas e munição e crimes ambientais de extração ilegal de areia ou garimpo clandestino. Foi registrado, ainda, a especial violência e o *modus operandi* das ações criminosas, bem como que, em espécie de "queima de arquivo", várias testemunhas já foram assassinadas pela organização criminosa.

4. "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo" (Súmula 52 do Superior Tribunal de Justiça).

5. Recurso desprovido.

(RHC n. 101.106/MA, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 19/2/2019 – grifo nosso).

Em face do exposto, **nego provimento** ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

